CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Proc. CEE nº 1272/82

INTERESSADO: FACULDADE DE ENGENHARIA DE BARRETOS

ASSUNTO : Pedido de abono de falta por motivo de consciência religiosa

RELATOR : Cons. Alpíno Lopes Casali

PARECER CEE Nº 1448 /82 - CTG - APROVADO EM 22 / 9 /82

1. HISTÓRICO:

O Diretor da Faculdade de Engenharia de Barretos consulta o Conselho Estadual de Educação como proceder, em face ao seguinte caso:

Há no 4º ano do curso de Engenharia Elétrica um aluno que, por consciência religiosa, não assiste às aulas ministradas aos sábados, nem realiza provas programadas para essa dia da semana.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

A Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. O Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, estabelece normas complementares à Lei nº 5.540.

Dispõe o art. 29 da Lei:- "Será obrigatória, no ensino superior, a freqüência de professores e alunos, bem como a execução integral dos programas."

A freqüência não é porém integral. Pois o art. 29, no § 4º, reza:- "Considerar-se-á reprovado o aluno que deixar de comparecer a um mínimo de freqüência previsto em estatuto ou regimento, das atividades programadas para da cada disciplina".

Assim, como no sistema federal da ensino, no do Estado de São Paulo, a freqüência mínima obrigatória para a aprovação, é de 75% das atividades programadas para a disciplina, em 1ª época, e de 50%, em 2ª época.

Assegura-se, portanto, aos alunos, uma expressiva margem de segurança para se verem aprovados, no concernente à freqüência.

Não há sequer uma norma legal que desobrigue alunos da freqüência, por motivo de consciência religiosa, além dos limites fixados nos regimentos dos estabelecimentos de ensino superior, aprovados pelo Conselho de Educação competente.

Assim já o era na vigência do art. 73 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Essa matéria já foi objeto de deliberação deste Conselho, mediante o Parecer-CEE nº 1.999/74.

A freqüência também era obrigatória no ensino médio no regime da Lei-nº 4.024, como ainda o é no da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

A propósito, este Conselho se manifestou indeferindo pedidos de abono de faltas, motivadas por consciência religiosa (Pareceres-CEE nºs. 109/65 e 157/71).

Na mesma linha é o entendimento do Conselho Federal de Educação, expresso em vários pareceres, dos quais se destacam os sob nºs. 108/62 e 938/65, da lavra do eminente Reverendo José Borges dos Santos, que já foi também ornamento deste Colegiado.

Não se conhece instituição de ensino que, para atender a alunos, excluídos os sábados como dias de efetivo trabalho escolar, haja dilatado os dias do período letivo, quer anual, quer semestral, cujos números mínimos são, respectivamente, de 180 e 90, na forma do art. 7º do Decreto-Lei nº 464, de 1969.

Por conseguinte, não há abono de faltas, motivadas, por consciência religiosa.

Se a lei é inflexível quanto à freqüência, já não o será no tocante à realização das provas. Respeitável que é a consciência religiosa, a instituição de ensino, se o desejar e se lhe for possível, ouvidos os órgãos colegiados interessados, poderá fixar dias acessíveis à realização de provas e exames para alunos que, por motivos religiosos, consideram-se impedidos de realizá-los aos sábados.

3. CONCLUSÃO:

Responda-se, nos termos deste Parecer, à consulta da Faculdade de Engenharia de Barretos sobre a impossibilidade legal da abonar faltas de alunos, motivadas por consciência religiosa.

São Paulo, 17 de setembro de 1982

a) Cons. Alpíno Lopes Casali - Relator

DECISÃO DA CÂMARA

A ~~CÂMARA~~ DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Amando Octávio Ramos, Célio Benevides de Carvalho, Erwin Theodor Rosenthal, Eurípedes Malavolta e Roberto Vicente Calheiros.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 22.9.82

a) Cons. Paulo Gomes Romeo - Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 22 de setembro de 1982

a) Consº MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES

Presidente